

Para a ONU, a América Latina está melhor

por Vera Saavedra Durão
do Rio

A América Latina e o Caribe foram a região onde o desenvolvimento humano mais avançou nos últimos 30 anos, só perdendo hoje para os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ressalta o Relatório do Desenvolvimento de 1996, divulgado ontem pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Entre os anos 60 e 90, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países latino-americanos e do Caribe passou de 0,465 para 0,824, representando uma queda recorde de 67% no déficit deste indicador entre 1960 e 1993.

O índice de desenvolvimento humano, criado pela ONU desde 1990, é apurado com base em estatísticas do Banco Mundial e da própria ONU. É formado pela renda per capita, índice de esperança de vida ao nascer e índice de alfabetização. O Sudeste Asiático, citado como exemplo de crescimento sustentado no relatório, ficou em terceiro lugar neste "ranking" — mas se a China fosse excluída deste cálculo, os tigres asiáticos desbancariam a América Latina, afirmou Fernando Zumbado, diretor Regional do PNUD para o continente latino-americano e os países caribenhos.

Nas últimas três décadas, os países latino-americanos não conseguiram sustentar um crescimento equilibrado, apesar da média de crescimento/ano de seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita de 3% no período. Na década de 60, foi a região de mais alto crescimento deste indicador, 2,9% anuais. Nos anos 70, a renda por habitante cresceu a um ritmo de 3,7% ao ano. Mas estes altos patamares desapareceram na crise dos anos 80, quando o PIB per capita regional despencou para uma taxa anual de 0,7%, representando um sério retrocesso econômico local.

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

Progresso no desenvolvimento humano (Comparação regional)								
	IDH* 1960	IDH 1970	IDH 1980	IDH 1993	Redução no déficit do IDH 1960-70 (%)	Redução no déficit do IDH 1970-80 (%)	Redução no déficit do IDH 1980-93 (%)	Redução no déficit do IDH 1960-93 (%)
América Latina e Caribe	0.465	0.566	0.679	0.824	18,88	26,04	45,17	67,10
Estados Árabes	0.228	0.295	0.41	0.633	8,68	16,31	37,80	52,46
Leste da Ásia	0.255	0.379	0.484	0.633	16,64	16,91	28,88	50,74
Sul da Ásia	0.206	0.254	0.298	0.444	6,05	5,90	20,60	29,97
Sudeste da Ásia e Pacífico	0.284	0.372	0.469	0.646	12,29	15,45	33,33	50,56
África Subsaariana	0.201	0.257	0.312	0.379	7,01	7,40	9,74	22,28
Países em desenvolvimento	0.26	0.347	0.428	0.563	11,76	12,40	23,60	40,95
Países da OCDE	0.802	0.862	0.89	0.91	30,30	20,29	18,18	54,55
Países da Europa do Leste	0.625	0.705	0.838	0.773	21,33	45,08	-40,12	39,47
Países industrializados	0.798	0.859	0.889	0.909	30,20	21,28	18,02	54,95
Mundo	0.392	0.459	0.518	0.746	11,02	10,91	47,30	58,22

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
(* IDH: Índice de Desenvolvimento Humano)

to humano elevado". A Argentina lidera a região ao ser classificada em 30º, seguida por Costa Rica (31º), Uruguai (32º), Chile (33º), Panamá (43º), Venezuela (44º), México (45º) e Colômbia (49º).

O Brasil está classificado em 58º lugar no relatório, abrindo a lista dos países com "desenvolvimento hu-

mano médio", na companhia da Líbia, Seychelles, Belarus, Bulgária e Arábia Saudita, entre outros.

Fernando Zumbado chamou a atenção para o fato de que apenas crescimento econômico alto, sem contrapartida no aumento de indicadores de desenvolvimento humano, não consegue manter crescimen-

to sustentado. Neste caso, citou na América Latina os exemplos do Brasil e do México. O Brasil tem sido ineficiente em transformar renda per capita em desenvolvimento humano e o México registrou crescimento alto nos últimos anos, mas não conseguiu mantê-lo. Já a Venezuela investiu muito em educação e saúde.

A questão da desigualdade social foi citada pelo diretor regional do PNUD como sério obstáculo ao crescimento sustentado. "Não há país que sustente desenvolvimento econômico com alto grau de desigualdade social", disse. Uma política de criação de emprego foi defendida pelo representante do PNUD, por considerar que o mercado de trabalho não se regula só pelas forças de mercado. No caso da América Latina foi favorável ao apoio à economia informal.

Uma novidade do Relatório 96

to índice de escolaridade entre as mulheres, enquanto o Paraguai, a Argentina, a Bolívia e o Brasil apresentam os menores índices de alfabetização entre as mulheres.

"A alfabetização da mulher tem um impacto enorme sobre o índice de desenvolvimento humano. São efeitos multiplicadores altos, pois as mulheres transmitem tudo aos seus filhos", afirmou Zumbado. As latino-americanas e caribenhas são vítimas de desigualdades severas. No trabalho, os homens recebem 73,9% da renda do setor formal e as mulheres, 26,1%. Mas na educação, a taxa de alfabetização é quase idêntica: masculina é de 87% e a feminina, 84%.

A América Latina ainda aparece no Relatório 96 como a região com menores gastos militares do mundo. Enquanto os estados árabes gastam 91% do que investem em saúde e educação no setor militar, o continente latino-americano e o Caribe aplicam apenas 25%. Costa Rica, México e Barbados tiveram gastos militares equivalentes a 5% do que despenderam em saúde. Já Cuba investiu 125%, Nicaraguá, 97% e Honduras 92%.

Brasil em 58º lugar

O Brasil subiu para o 58º lugar no "ranking" do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, em comparação com a 64ª posição registrada em 1992, mas continua sendo o campeão da má distribuição de renda. É apontado como um dos países modelo de "crescimento desumano", em que os frutos do desenvolvimento econômico beneficia principalmente a população de maior renda, destaca o Relatório da ONU.

relatório, o País foi classificado em 13º lugar entre os de maior potencial para reduzir a pobreza. Para tanto teria de seguir algumas recomendações da ONU.

"Uma recomendação óbvia é adotar mais efetivamente um programa de educação e saúde para que cheguem de maneira mais eficiente até as pessoas. O grande tema é o da distribuição de renda. Há um problema de equidade no Brasil. Como transformar isto em outra realidade?", indaga Zumbado.

rio, ficou em primeiro lugar neste "ranking" – mas se a China fosse excluída deste cálculo, os tigres asiáticos desbancariam a América Latina, afirmou Fernando Zumbado, diretor Regional do PNUD para o continente latino-americano e os países caribenhos.

– Nas últimas três décadas, os países latino-americanos não conseguiram sustentar um crescimento equilibrado, apesar da média de crescimento/ano de seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita de 3% no período. Na década de 60, foi a região de mais alto crescimento deste indicador, 2,9% anuais. Nos anos 70, a renda por habitante cresceu a um ritmo de 3,7% ao ano. Mas estes altos patamares desapareceram na crise dos anos 80, quando o PIB per capita regional despencou para uma taxa anual de 0,7%, representando um sério retrocesso econômico local.

A severa crise econômica da década de 80 afetou duramente o continente, mais do que a grande depressão dos anos 30 castigou os EUA, destacou o relatório. Alguns países ainda hoje se ressentem da "década perdida", não tendo retornado aos níveis de crescimento dos anos 80, como o Brasil. Mas, em contrapartida, a região avançou em programas considerados fundamentais no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano, com investimentos em educação básica e política preventiva de saúde, aumentando a média da esperança de vida da população.

América Latina e Caribe foram a região do mundo que mais investiu no setor de saúde. Foi 1,2% do seu PIB, comparado com 0,9% no leste da Ásia, 0,7% na África Sub-Saariana e 0,7% no sul da Ásia. Os investimentos em educação, na região, somaram 4,3% do PIB do continente, abaixo dos 5,7% do PIB da África Sub-Saariana e dos 6,4% do PIB dos estados árabes. Cuba, Guiana, São Vicente e Suriname são os países latino-americanos que mais investem na educação (6% do PIB, em 1992), enquanto Guatemala, El Salvador, República Dominicana e Haiti são os que menos investem (menos de 2% do PIB em 1992).

Zumbado destaca que os avanços em desenvolvimento humano não se deram de forma idêntica no continente. O importante é que muitos países latino-americanos conseguiram transformar sua renda per capita em investimentos que garantem melhor qualidade de vida para sua população. Assim, o Chile e a Costa Rica são citados como países que alcançaram alto nível de desenvolvimento humano, comparável aos dos países industrializados. Barbados, Argentina, Bahamas e Uruguai também estão nesta relação.

No "ranking" mundial do Relatório de Desenvolvimento 96, sete países da América Latina estão classificados entre os com "desenvolvi-

(31º), Uruguai (32º), Chile (33º), Panamá (43º), Venezuela (44º), México (45º) e Colômbia (49º).

O Brasil está classificado em 58º lugar no relatório, abrindo a lista dos países com "desenvolvimento hu-

manado Zumbado chamou a atenção para o fato de que apenas crescimento econômico alto, sem contrapartida no aumento de indicadores de desenvolvimento humano, não consegue manter crescimen-

Brasil em 58º lugar

O Brasil subiu para o 58º lugar no "ranking" do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, em comparação com a 64ª posição registrada em 1992, mas continua sendo o campeão da má distribuição de renda. É apontado como um dos países modelo de "crescimento desumano", em que os frutos do desenvolvimento econômico beneficia principalmente a população de maior renda, destaca o Relatório da ONU.

Nessa classificação, o Brasil está acompanhado pela Guatemala e pelo Panamá, considerados no Relatório de Desenvolvimento de 1996 os três países que detêm as maiores disparidades entre ricos e pobres registradas no mundo.

Fernando Zumbado, diretor do PNUD para América Latina e Caribe, considera que o governo brasileiro pode inverter esta triste trajetória. Numa nova pesquisa feita pelo PNUD, incluída no

relatório, o País foi classificado em 13º lugar entre os de maior potencial para reduzir a pobreza. Para tanto teria de seguir algumas recomendações da ONU.

"Uma recomendação óbvia é adotar mais efetivamente um programa de educação e saúde para que cheguem de maneira mais eficiente até as pessoas. O grande tema é o da distribuição de renda. Há um problema de equidade no Brasil. Como transformar isto em outra realidade?", indaga Zumbado.

Se o País quiser resolver seu problema de renda deve montar política clara de distribuição de riqueza, disse o diretor do PNUD. Ele destacou ainda entre as recomendações da ONU para os países terem um bom desenvolvimento humano duas medidas de peso: a reforma agrária e um papel ativo do estado nesta política. "O mercado não resolve política de emprego, de saúde e de educação", concluiu.

(V.S.D.)